

Política
CONSTITUINTE

A ESTATIZAÇÃO AVANÇA

Nem importa muito a votação sobre o sistema financeiro, marcada para hoje: há muito tempo, o Banco do Brasil — isto é, o governo — vem ganhando espaços enormes. E não deve parar.

O Banco do Brasil tomou dos demais bancos, ao longo do ano passado, quase 14% do mercado total de operações de crédito, 15% dos empréstimos e títulos descontados, 10% dos financiamentos rurais, 14% dos depósitos globais, 16% dos depósitos à vista, 21% dos depósitos a prazo, 12% dos repasses. Elevando, afinal, de 22,4% em 1986 para 41,6% em 1987 sua participação no resultado líquido de todo o sistema bancário brasileiro. E de 40 para 44,5% sua participação nos ativos totais desse sistema, conforme análise dos balanços de 94 instituições interpretada pela empresa de consultoria Austin Asis.

Esse é o resultado mais palpável da "troca" de benesses entre o BB e o governo: perda de uma conta-movimento em 1986, como mecanismo formal pelo qual a instituição sacava o descoberto do Banco Central, sem controle do Tesouro, os recursos para empréstimos de interesse do governo (ou do próprio BB, que pretendia utilizá-los para cobrir o IR), a contrapartida foi o direito de atuar em todos os segmentos financeiros. Uma faculdade, aliás, que a Constituinte deverá estender esta semana, quando for votado o Capítulo IV da Ordem Econômica, a todas as instituições bancárias oficiais. Seja o BB com seus muitos privilégios porém com competência presumida, seja a bancos estatais líquidos ou falidos. Estes, cujas portas de fato só estão abertas porque o governo federal reluta em aplicar o mesmo tratamento para bancos privados e públicos. Afinal, há exemplos de prejuízos negativos em 1987 — casos do Banerj, do Agrimisa, do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que têm patrimônio líquido negativo, o que seria o suficiente para levá-los ao mesmo destino de um subbrasileiro, um Comind ou um Halles. Ou seja, à liquidação.

Tão grave quanto o crescimento do BB é a velocidade com que avança o processo de estatização do crédito e da poupança. Os percentuais referidos na abertura deste texto referem-se à participação em mercado, e não ao crescimento individual. Por exemplo: o crescimento real dos depósitos à vista no sistema bancário foi fortemente negativo, atingindo nos bancos federais 23,8% negativos sobre 1986, segundo a Austin Asis. Mas no mesmo período, a queda no BB foi menor (20,7%) e o recuo no setor de bancos privados nacionais foi três vezes superior (65,8%), sendo de 60,5% a diminuição real nos depósitos a prazo, enquanto os federais ganhavam 89,9% em bases reais, puxados pelo Banco do Brasil.

Repasses
Constatando o avanço estatizante, o presidente da CNF — Confederação Nacional de Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, destaca não somente a permissão de que o BB atue em todos os mercados, ganhando maior poder competitivo, como o fato de receber enormes recursos governamentais para repasse. Em 1987, o crescimento real dos repasses (chamados na linguagem contábil "Obrigações por Empréstimos") foi de 226,4%, contra -20,4% no sistema como um todo, segundo a Austin Asis. Aliás, esta é uma característica da área estatal — boa parte das operações tem como origem os recursos da União. Assim os impostos ou o dinheiro emitido saem do Tesouro, chegam à caixa dos bancos estatais e, ao serem aplicados conforme objetivos peculiares a cada instituição e governo, reforçam o círculo de estatização do crédito e se completam com a ampliação dos laços entre esses bancos e sua clientela. Que, aliás, não é privilégio em depósitos, exceção feita ao BB. Com a permissão para captar poupança (cadêta verde) sem qualquer vinculação com o financiamento imobiliário, o BB avançou em 1987 e continua crescendo hoje, enquanto os bancos estaduais diminuíam sua captação de depósitos a prazo de 4,9% reais em 1987, superior à queda real de 30,9% nos depósitos a vista.

A rigor, o avanço do BB ocorre um momento de declínio na procura por empréstimos pelo setor privado, nota Bornhausen. Como o setor governo continua a demandar fortemente o crédito, para ele canalizam-se os recursos, "numa forma a mais de estatizar a poupança privada". O presidente da CNF registra, ainda, que ao dar ao BB as funções de conglomerado, "o governo repete-se, porque já tinha o conglomerado via Caixa Econômica Federal captando a poupança, e via BNDES atuando no longo prazo; o conglomerado já estava em suas mãos".

Ao mesmo tempo, enfatiza Bornhausen, o BB não abre mão de suas áreas mono-



políticas — caso das operações de câmbio para as empresas estatais e da manutenção dos recursos de caixa do governo. "A regra só vale para um lado", critica, recordando que antes de o BB ser autorizado a captar poupança, o segmento estatal já detinha 60% desse mercado.

E a famosa conta-movimento do Banco do Brasil foi substituída por uma decisão voluntária do Tesouro de carrear recursos para o BB, os quais constituem a grande base para sua expansão — reforça o presidente da CNF.

Política e privilégio
O Banco do Brasil nasceu com privilégios, por alvará de 12/10/1808. Aos privilégios — direito de atuar por vinte anos — referia-se o artigo II do edito de Dom João VI. Alguns dias antes de expirar o prazo, o BB foi liquidado pela primeira vez. Tornaria a ser criado e a quebrar, até que o atual BB fosse constituído por Rodrigues Alves em 1905. Só que, se continuar crescendo à velocidade de 1987, voltaria a ser, como em 1808, uma espécie de banco nacional único.

Projeções teóricas (e não se supondo que virem realidade) elaboradas por Alberto Borges Matias, associado da Austin

Asis e professor de Administração Financeira da FEA-USP, mostram que se o aumento da participação do BB no mercado servido pelo conjunto dos bancos verificada em 1987 fosse mantido, em menos de oito anos a instituição deteria 100% desse mercado. A estatização plena viria em 1995, sem a necessidade de aprovação da emenda constitucional do PT, de autoria de Luiz Gushiken, funcionário de carreira do Banespa.

Os grandes promotores da expansão do BB (e dos estaduais) não são, entretanto, representantes de partidos eleitos pelo povo, endossando o socialismo e a estatização como objetivo maior de seus programas. São os governos que querem ter à mão instituições capazes de financiar tanto o crescimento econômico quanto as campanhas políticas. E, para isso, contam com bancadas políticas no Congresso. Há um ano, "partido do BB" contaria com 16 representantes oficiais e 145 "simpaticizantes", perfazendo 161 pessoas, 30 a mais do que o PFL (e talvez mais ainda que o do PMDB, o maior partido). Isto ficou evidente com as manifestações de apoio ao ex-presidente Camillo Calazans, funcionário de carreira

O governo controla mais a poupança (*)

(Em porcentagem de participação)

Anos	1965	1970	1975	1980	1985	1987
Setor público	45,7	51,0	54,6	56,8	67,3	72,4
Setor privado	54,3	49,0	45,4	43,2	32,7	27,6

Fonte: BC e Austin Asis

Poupança (*): Títulos públicos federais e estaduais, depósitos a prazo, depósitos de poupança, letras de câmbio, letras imobiliárias. Inclui os títulos federais em poder do Banco Central, sem os quais o peso do setor público cai a 61,6% em 1987.

A participação do BB no sistema bancário

(Em porcentagem)

	Dez/86	Dez/87	Evolução
Operações de crédito	25,0	38,6	54,4
Empr. e Tit. Descontados	13,0	27,9	114,6
Financiamentos Rurais	64,3	74,3	15,6
Operações cambiais	55,4	46,5	-16,0
Depósitos totais	23,9	38,0	59,0
Depósitos à vista	33,0	49,4	49,7
Depósitos a prazo	8,9	30,3	240,5
Repasses	15,5	27,8	79,4
Patrimônio líquido	41,9	40,7	-2,8
Rendas operacionais	20,5	19,8	-4,4
Resultado operacional	54,4	58,9	8,3
Resultado líquido	22,4	41,6	85,7
Ativo total	40,0	44,5	11,3

Fonte: Austin Asis.

BB cresce, o sistema bancário cai.

(86/87 — em porcentagem)

	Banco do Brasil	Sistema bancário
Oper. de crédito	11,1	-38,6
Empr. tit. descontados	54,5	-39,6
Depósitos totais	0,4	-39,1
Depósitos à vista	-20,7	-62,0
Depósitos a prazo	115,2	-44,1
Repasses internos	439,5	58,7
Rendas oper. crédito	82,8	73,5
Resultado de câmbio	145,6	-31,1

Fonte: Austin Asis.

Crescimento potencial (*) do Banco do Brasil

(Dezembro/87 — em porcentagem)

	BB	Padrão	Expansão potencial
Captação de depósito a prazo	7,3	17,9	145,2
Aplicações empr. tit. descontados	17,0	47,9	181,8
Geração de rendas	0,62	1,35	117,7
Giro (faturamento)	0,18	0,63	250,0

(*) Crescimento possível, mantida a estrutura atual do BB, até atingir a mediana do setor.
Fonte: Austin Asis

Outra batalha no plenário: o sistema financeiro.

Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Emendas

As esquerdas e o Centrão preparam-se agora para a nova batalha no plenário da Constituinte, com a apreciação das emendas dos deputados Fernando Gasparian, Francisco Pinto e Luiz Gushiken a serem apresentadas ao projeto da reforma financeira, introduzindo na Constituição a lei da usura — a taxa real de juros não poderá ser superior a 12% ao ano — nacionalizando e estatizando o sistema bancário.

Os autores garantem ter condições de mobilizar os pequenos partidos de esquerda e uma considerável parcela do PMDB para votar a favor de suas proposições. Mas

mesmo entre os parlamentares de esquerda há quem considere as propostas exageradamente radicais.

Essa proposições foram apresentadas no início dos trabalhos da Constituinte, ainda no âmbito da Comissão do Sistema Financeiro, e foram rejeitadas pelo plenário da comissão depois de ouvir as ponderações dos ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Francisco Dornelles e de vários ex-presidentes do Banco Central. Simonsen considerou a introdução da lei da usura como um fator de rigidez para o desempenho do mercado financeiro, lembrando que o dinheiro, como qualquer mercadoria, está subordinado às leis da oferta e da procura. Desse modo, a taxa de juros é uma função de mercado, não podendo ser decretada e muito menos incluída como um dispositivo constitucional.

Alegando basicamente as mesmas ra-

do banco como os ex-deputados Néelson Marchezan, do PDS, e Odacir Klein, do PMDB, além do próprio ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, que acabou por demitir seu ex-chefe em março.

Avanço estatizante

Calazans, de fato, não só restituiu ao BB um espaço perdido com a reforma bancária de 64/65, feita por Castello Branco e que limitou os espaços do banco. Foi além. Disputando a captação no mercado de fundos mútuos, o BB-Ouro tem Cdz 9,1 bilhões e o BB-Ouro, de ações, tem Cdz 5,6 bilhões — com posições invejáveis para uma instituição que está no mercado há muito menos tempo. Mas que nada pode reclamar com o "fim" da conta-movimento.

O avanço estatizante coincide, também, com um quadro macroeconômico delicado, certamente mais grave do que o de décadas passadas, quando a poupança privada não se encontrava tão concentrada na área pública e os níveis de inflação era brindeira perto de hoje, nem havendo uma dívida mobiliária interna de 10% do PIB girando no overnight.

Um corte na história econômica evidencia, por exemplo, que o expansionismo do BB causava desequilíbrio nas contas do Tesouro em 1952, em 1954, em 1957 — ou seja, passando de Vargas a Carlos Luz e a Juscelino Kubitschek com as mesmas práticas e sob a crítica, também histórica, do ex-ministro Octávio Bulhões, incansável defensor do equilíbrio entre os setores público e privado.

A sólida burocracia do BB e a qualificação reconhecida de seus quadros funcionais têm evitado que empréstimos de conveniência ponham em risco a instituição, o que não a coloca a salvo de injunções político-partidárias. O "escândalo da mandioca" rendeu centenas de matérias contra o governo Figueiredo. Muito mais do que uma circular da presidência do BB, de julho/87, ou seja, da época Calazans e reproduzida pela revista *Senhor*, determinando tratamento especial a autoridades e parlamentares com cheque-ouro nas agências do Distrito Federal. Prática, aliás, que guarda semelhança com o cheque especialíssimo do Banespa, com limites favorecidos para deputados, fartamente divulgada pela imprensa. Sem contar a denúncia dos "ativos podres" do BB, que valeu um prêmio ao jornalista Frederico Vasconcelos, da Folha de S. Paulo.

A rigor, a utilização política dos bancos estatais, que levou várias instituições estaduais às portas da insolvência — principalmente entre os anos 1982 e 1986 — representa um risco adicional para a política de austeridade de Mailson da Nóbrega e João Baptista de Abreu, enquanto faltam ao Planalto disposição e vontade política para fechar bancos falidos, cujos administradores dilapidam o caixa em nome do governo de plantão mas não são chamados a prestar contas e submeter-se à Justiça, mantendo-se os autores de crimes financeiros públicos e privados a salvo das sanções criminais.

Solução é equiparar

A solução do problema poderia começar pela equiparação dos estatais aos privados. "O que está errado é o conceito de não quebrar" — afirma Bornhausen. "Isto dá um grau de permissão para que uma instituição financeira torne-se irresponsável. Foi isso que as levou a desatender às regras normais das autoridades monetárias e a boa técnica bancária, ante o conceito de impunidade pela não decretação de liquidação." O presidente da CNF admite, porém, que não há informações recentes sobre o saneamento dos estaduais sob intervenção. E distingue estas instituições daquelas que operam "em condições normais".

O texto constituinte, de qualquer forma, não restringe a expansão estatal notoriamente lesiva ao Erário — ao contrário, a consolida. E sem qualquer argumentação plausível. Afinal, o resumo da ópera apareceu na transferência do Tesouro aos estaduais falidos: US\$ 3 bilhões em 1987, um número próximo a 1% do Produto Interno Bruto e igual a 2/3 do que foi cortado dos salários federais em abril e maio. Mas os US\$ 3 bilhões não bastaram: o Banerj, um dos únicos sob intervenção a publicar o balanço de 1987, continua evidenciando prejuízos e patrimônio líquido negativo. Mas estancar a hemorragia, fechando as portas, continua uma prática de saneamento só possível nas instituições privadas.

Fábio Pahim Jr.

DESTAQUE POLITICO

Marações sem adicionais

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer sustou, ontem, o pagamento de adicionais aos marajás da Bahia, os procuradores da justiça, com vencimentos superiores a Cdz 800 mil. Mayer cassou a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado que igualava os vencimentos dos procuradores aos vencimentos da magistratura.

Afif prefere o resguardo

O deputado Afif Domingos poderá desistir de disputar as eleições para a Prefeitura de São Paulo, a 15 de novembro, preferindo resguardar-se para concorrer, em novembro de 1990, ao governo de São Paulo. Foi o que informou um dos principais líderes do PL. O próprio Afif já convidou para ingressar no PL o deputado Arnaldo Faria de Sá, ex-PTB, que pretende concorrer às eleições de prefeito da Capital paulista.

Tribuna desinfetada

Indignados com a "truculência" com que o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, vem tratando seus opositores no Estado três deputados estaduais, do PFL e PT, num gesto de desagravo, desinfetaram ontem a tribuna da Assembleia Legislativa mineira que foi ocupada no domingo pelo governador de Minas durante a convenção regional do PMDB. Cardoso num "trófico" discurso aos convenionais pemedebistas definiu a oposição como um "bando de imbecis" e classificou de "pervivianos" todas as denúncias feitas contra seu governo.

Prefeitos protestam

Um protesto contra o governo federal, chamado "Dia do Alerta Municipal", vai contar com a adesão de todos os prefeitos das 244 cidades do Rio Grande do Sul. Objetivo: eles vão denunciar as suas comunidades as dificuldades financeiras que estão atravessando, em função do atraso no rapasse de verbas por parte da União. Apesar do movimento, os seus organizadores garantem que o manifesto não é contra o governo do Estado nem, uma greve, como foi cogitado, porque todas as prefeituras funcionarão normalmente.

Militares demais!

A informação do jornal Los Angeles Times, de que os militares brasileiros continuam a influir na política, foi endossada ontem pelo almirante Mácio Piragibe de Bakker. "Se o sistema de governo fosse parlamentarista, haveria uma influência militar menor", pondera ele. E recomendou: "Os próprios políticos poderiam deixar de ter a iniciativa de cultivar a interferência militar".

Corpo mole

A morosidade nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara é intencional e parte de um grupo de seus integrantes interessados em não concluir as investigações sobre irregularidades no Executivo. A denúncia é da deputada Irma Passoni (PT-SP), confirmada por Dirceu Tuxa Quadros (PTB-SP), que ameaça deixar a comissão, "se ela continuar tímida e inoperante".

As acusações do general Serpa à Nova República

Carta aberta aos "altos chefes das Forças Armadas": a Nova República é acusada de corrupta e incompetente e o presidente José Sarney, de criar uma crise institucional artificial, "provocando conflito entre os poderes da República". Autor: o general Antônio Carlos Andrada Serpa.

Andrada Serpa acusa também os ministros militares de estarem transformando a "corrupta Nova República" em "regime militar". Lembra que o quadro atual se assemelha aquele que antecedeu o golpe de 1937 — que resultou no Estado Novo — e cobra das Forças Armadas a garantia de eleições este ano, por decisão soberana do Congresso Constituinte.

Em sua carta aberta, Andrada Serpa afirma que a Nova República além de "marchar aceleradamente para a ilegitimidade", "mata o povo de fome e destrói a classe média". Sob acusações de corrupção, incompetência e entreguismo o general declara estar a Nova República "obediência às ordens do FMI na negociação da dívida que a Nação já pagou".

Para o general, o presidente Sarney está "mal assessorado e revelando incontinência de continuar, para a execução desta traição contra o Brasil, cria crise institucional artificial, provocando conflito entre os poderes da República, reúne presidentes de tribunais federais e tenta nessa marcha continuista envolver os ministros militares".

Até o início da noite de ontem não se tinha conhecimento, na área militar, do teor da carta aberta do general Andrada Serpa aos ministros das Forças Armadas. O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, que presidiu, ontem, cerimônia em Porto Alegre, estava sendo aguardado em Brasília. Seus assessores disseram que nem ele nem o Centro de Comunicação Social sabiam do manifesto. Nas demais Forças a reação foi idêntica: os ministros só deveriam intervir-se do assunto hoje, pelos jornais. Geralmente os ministros militares são comunicados de fatos que acontecem no Congresso Nacional e a carta foi divulgada no Senado.

O governo se arma. Pelos cinco anos.

O Planalto está se armando para enfrentar o dia da votação do mandato do presidente Sarney. O "conselho dos cinco anos" já entrou em ação e reuniu ontem os ministros e os líderes do governo para tentar garantir a aprovação da emenda Mathews Iensen, que

estaria ostentando por volta de 300 assinaturas em favor dos cinco anos. Durante a reunião, o conselheiro Thales Ramalho recomendou que o clima do "já ganhou" deve ser substituído por uma tática mais prudente, como revelar certa dose de pessimismo para evitar

excesso de confiança quanto ao resultado final. Ser prudente, porém, não quer dizer que a vitória não deva ser cercada de todos os lados. Tanto que cada ministro recebeu a missão de sair a campo utilizando a própria máquina. Iensen também receberá sua incumbência:

vai receber instruções de Sarney para não retirar sua emenda. Diante de tal estratégia será inevitável uma futura caça às bruxas que insistirem nos quatro anos. Monteiro Filho, presidente do BNDES, antecipou-se e, ontem mesmo, pediu demissão do cargo.

Poluição: um golpe contra os fumantes.

Os fumantes, "principalmente os de esquerda", foram acusados ontem pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) de não respeitarem o ambiente da Constituinte. Embora seja impossível determinar a ideologia da fumaça do cigarro, o grau de poluição do

plenário durante a votação de ontem da reforma agrária será conhecido hoje, quando as quatro lâminas de medição forem submetidas a um fotômetro. A instalação das lâminas foi para atender ao pedido do deputado José Murara (PTB-MG), que apresentou projeto que restringe o fumo em ambientes

fechados. Há controvérsias, porém, entre os próprios deputados. Cardoso Alves, que deixou o vício depois de fumar durante 42 anos, acusa as esquerdas. Jorge Hage também largou o cigarro, e lamenta não poder sentar ao lado de colegas fumantes. Antônio Brito (PMDB-RS) fuma pouco, mas se diz constran-

gido de fumar perto de não fumantes. Armando Faria de Sá (PTB-SP), dois maços por dia, não aceita proibição de fumar em plenário. E acha que a questão será resolvida quando encerrados os trabalhos da Constituinte, "pois serão poucos a frequentar o plenário".